

**HPV E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO DO ENTENDIMENTO DE MULHERES EM FORMAÇÃO MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE****HPV AND CERVICAL CANCER: A STUDY OF UNDERSTANDING OF WOMEN IN MILITARY TRAINING IN RIO GRANDE DO NORTE****HPV Y CÁNCER DE CUELLO UTERINO: UN ESTUDIO SOBRE LA COMPRESIÓN DE LAS MUJERES EN FORMACIÓN MILITAR EN RIO GRANDE DO NORTE**Ana Paula Fernandes Paiva Moura¹, Hilderline Câmara de Oliveira²

e28172

<https://doi.org/10.53612/recisatec.v2i8.172>

PUBLICADO: 08/2022

RESUMO

No Brasil, o câncer do colo do útero é o terceiro mais comum entre as mulheres brasileiras, de modo que sua prevenção é uma questão fundamental. Uma forma de preveni-lo é fazer a realização periódica do exame preventivo, que possibilita a descoberta de alterações celulares que podem evoluir do HPV para o câncer. Considerando tal contexto, o presente estudo questiona: qual o nível de conhecimento das mulheres em formação militar a respeito de doenças ginecológicas causadas pelo HPV? Partindo desse questionamento, como escopo geral, buscou-se identificar o nível de conhecimento das mulheres em formação militar acerca de doenças ginecológicas causadas pelo HPV. Para tanto, foram utilizados como recursos metodológicos um levantamento *survey*, estudo de caso, de abordagem quantitativa. Os achados da pesquisa evidenciaram que a maioria das participantes, 60,2%, são solteiras e 24,5% são casadas; com 14,8% em união estável. Além disso, 96,4% afirmaram já terem ouvido falar de HPV. 93,9% são sexualmente ativas e 91,8% já tiveram o diagnóstico de HPV. Diante desses dados, conclui-se que é necessário elaborar um plano de intervenção voltado à saúde da mulher militar que procure atualizá-las em relação aos conhecimentos sobre HPV, a fim de promover a prevenção, o diagnóstico e o tratamento precoce do câncer do colo de útero.

PALAVRAS-CHAVE: HPV. Câncer de colo de útero. Saúde. Formação militar.**ABSTRACT**

In Brazil, cervical cancer is the third most common cancer among Brazilian women, so its prevention is a key issue. One way to prevent it is to perform periodic preventive examination, which enables the discovery of cellular changes that can evolve from HPV to cancer. Considering this context, this study asks: what is the level of knowledge of women in military training about gynecological diseases caused by HPV? Based on this question, as a general scope, we sought to identify the level of knowledge of women in military training about gynecological diseases caused by HPV. To this end, the methodological resources used were a survey, a case study, and a quantitative approach. The research findings showed that most participants, 60.2%, are single and 24.5% are married; with 14.8% in a stable union. Moreover, 96.4% said they had heard of HPV. 93.9% are sexually active and 91.8% have been diagnosed with HPV. Given these data, we conclude that it is necessary to develop an intervention plan focused on the health of military women that seeks to update their knowledge about HPV in order to promote the prevention, diagnosis, and early treatment of cervical cancer.

KEYWORDS: HPV. Cervical cancer. Health. Military training.**RESUMEN**

En Brasil, el cáncer de cuello uterino es el tercer cáncer más frecuente entre las mujeres brasileñas, por lo que su prevención es una cuestión fundamental. Una forma de prevenirlo es realizar el examen

¹ Graduada em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Especialização em Ginecologia e Obstetrícia. Especialista em segurança pública e cidadania da escola da Assembleia Legislativa do RN-Brasil. Capitã da polícia militar do RN e trabalha no Hospital Central Coronel Pedro Germano

² Universidade Potiguar

RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

HPV E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO DO ENTENDIMENTO DE MULHERES EM
FORMAÇÃO MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Paula Fernandes Paiva Moura, Hilderline Câmara de Oliveira

preventivo periódico, que permite descubrir los cambios celulares que pueden evolucionar del VPH al cáncer. Teniendo en cuenta este contexto, este estudio se pregunta: ¿cuál es el nivel de conocimiento de las mujeres en formación militar sobre las enfermedades ginecológicas causadas por el VPH? A partir de esta pregunta, como ámbito general, se buscó identificar el nivel de conocimiento de las mujeres en formación militar sobre las enfermedades ginecológicas causadas por el VPH. Para ello, los recursos metodológicos utilizados fueron una encuesta, un estudio de casos y un enfoque cuantitativo. Los resultados de la investigación mostraron que la mayoría de los participantes, el 60,2%, son solteros y el 24,5% están casados, con un 14,8% en una unión estable. Además, el 96,4% dijo haber oído hablar del VPH. El 93,9% es sexualmente activo y el 91,8% ya había sido diagnosticado de VPH. Ante estos datos, se concluye que es necesario desarrollar un plan de intervención centrado en la salud de las mujeres militares que busque actualizar sus conocimientos sobre el VPH para promover la prevención, el diagnóstico y el tratamiento precoz del cáncer de cuello de útero.

PALABRAS CLAVE: VPH. Cáncer de cuello de útero. Salud. Entrenamiento militar.

INTRODUÇÃO

O cuidado com a saúde da mulher visa promover a atenção integral à saúde das mulheres em todos os ciclos de vida, preconizando a assistência humanizada e qualificada em todos os níveis de atenção, realizando, além disso, ações focadas na organização do acesso aos serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde.

Nesse contexto, é importante saber que cada mulher tem necessidades específicas quanto à atenção com a saúde e o bem-estar. Para mulheres com vida sexual ativa, por exemplo, é essencial eleger corretamente métodos de prevenção de doenças e de contracepção. Nesse sentido, o uso de preservativo ainda é o método mais eficaz para prevenir infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Também é indispensável ter atenção aos relacionamentos e fazer testes frequentes quanto a essas doenças.

Hoje, sabe-se que, entre as mulheres brasileiras, o câncer do colo do útero é o terceiro mais comum, de modo que há a necessidade de realização periódica do exame preventivo para a descoberta de alterações celulares que podem fazer com que o HPV evolua para o câncer. Doenças ginecológicas, como *human papillomavirus* / HPV e câncer cervical, podem ser diagnosticadas precocemente através de exames, sobretudo por meio da avaliação da citologia oncológica realizada pelo método Papanicolau e por meio de biópsias, que avaliam amostras do colo do útero.

Sendo assim, o estímulo à prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento adequado são medidas imprescindíveis no combate ao câncer. Tendo isso em vista, o Projeto de Lei nº 568/2021, da Câmara dos Deputados, instituiu o Estatuto da Pessoa com Câncer, com a finalidade de “estabelecer princípios e objetivos gerais das políticas públicas de saúde; direitos fundamentais e deveres do paciente” (BRASIL, 2021).

Diante do exposto acima, surge, portanto, o seguinte questionamento: qual o nível de conhecimento de mulheres em formação militar sobre doenças ginecológicas causadas pelo HPV?

Assim, delimitou-se como escopo geral desta pesquisa identificar o nível de conhecimento de mulheres em formação militar sobre doenças ginecológicas causadas pelo HPV, e ainda, se pretende



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

HPV E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO DO ENTENDIMENTO DE MULHERES EM
FORMAÇÃO MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Paula Fernandes Paiva Moura, Hilderline Câmara de Oliveira

elaborar um plano de ações preventivas voltadas à saúde da mulher do Curso de Formação de Praças, contribuindo, dessa maneira, para o conhecimento a respeito do HPV, suas ações como causa de câncer do colo de útero, bem como sua prevenção e diagnóstico.

Destaca-se que o presente estudo se justifica por estar em consonância com o Plano do Curso de Formação de Praças, o qual sinaliza que a construção do currículo deve ser organizada tanto com referenciais teóricos quanto com elementos que dizem respeito a aspectos culturais, históricos e sociais nos quais os educandos estão inseridos.

Sendo o perfil atual do Curso de Formação de Praças (CEP) composto por 299 integrantes, 98 homens e 201 mulheres (Boletim Geral PMRN n19, 2021), vê-se a necessidade de ações que levem em consideração a saúde da mulher policial. Além desses fatores, a motivação pela escolha da temática ocorreu pelo fato de a pesquisadora ser especialista em Ginecologia e Obstetrícia e compreender a importância de medidas preventivas.

Também é válido assinalar que os resultados desta pesquisa fornecerão à Polícia Militar do Rio Grande do Norte dados importantes e inéditos para ações em saúde, uma vez que possibilitarão o desenvolvimento de estratégias de referência no cuidado à saúde da mulher policial.

Neste artigo, o leitor encontrará a exposição de tais resultados. A fim de melhor orientar-se, o leitor deve saber que este artigo é composto por seções, na primeira, encontra-se a introdução ora apresentada; na segunda, o referencial teórico, no qual serão expostas as ideias dos autores que deram sustentação teórica ao entendimento das categorias de análise; em seguida, na terceira seção, será exposta a metodologia da pesquisa; na quarta, serão apresentados os achados da pesquisa, bem como uma proposta de um plano de ação para prevenção e, por fim, na última seção, serão exibidas as considerações finais, que não têm a pretensão de esgotar o tema, mas sim proporcionar novas reflexões.

REFERENCIAL TEÓRICO

O HPV faz parte de um grupo de DNA, vírus da família dos Papovavírus, ou Papovaviridae, e é responsável por uma infecção de transmissão sexual, conhecida como condiloma acuminado, verruga genital, ou ainda, crista-de-galo. (SILVA *et al.*, 2017). Trata-se de um vírus não envelopado envolvido por um capsídeo icosaédrico e um genoma de DNA circular de cadeia dupla, dividida em várias porções, chamadas *open Reading frame* (ORF – porções de abertura de leitura).

A estrutura do HPV é dividida em três regiões: uma região distal (L), abarcando dois genes - L1 e L2 - que codificam as cápsulas das proteínas virais; uma região proximal (E), que codifica as proteínas envolvidas na replicação viral e controle de transcrição, denominadas de E1 e E2, bem como dos principais genes que se transformam em E6, E7 e E5; e, por último, entre as regiões E e L, encontra-se uma longa região de controle (LCR), vinculada a vários locais que contêm fatores de transcrição nucleares e virais e divulgadores sequências. (NAKAGAWA; SCHIRMER; BARBIERI, 2010).



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

HPV E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO DO ENTENDIMENTO DE MULHERES EM
FORMAÇÃO MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Paula Fernandes Paiva Moura, Hilderline Câmara de Oliveira

De acordo com as sequências de genes do DNA do vírus, o HPV pode variar em diversos tipos. Dos mais de 100 tipos de HPV descritos, cerca de 40 infectam preferencialmente a mucosa ano genital, onde podem induzir o desenvolvimento de neoplasia intraepiteliais cervicais e de câncer. Além disso, o vírus pode ser identificado como: HPV de baixo risco (vírus de baixo potencial oncogênico) e HPV de alto risco (vírus com alto potencial de oncogenicidade) (SOGIMIG, 2017).

Conforme Wild, Weirderpass e Stewart, citados em estudo do Instituto Nacional de Câncer, o vírus pode infectar a pele e as mucosas e é transmitido de uma pessoa para outra através da relação sexual. Contudo, a pesquisa assinala que, para o desenvolvimento do câncer, somente a infecção por HPV não é suficiente, pois é preciso haver outros fatores de risco como: infecção persistente por um tipo de vírus oncogênico, e ainda, a influência de demais fatores que podem iniciar alterações celulares. Portanto, o INCA enfatiza que o HPV é um fator relevante para o aparecimento do câncer, embora não seja o único e que, em boa parte das mulheres, a infecção é eliminada pelo próprio corpo, em resposta imunológica. Porém, alerta para o fato de que, caso as lesões precursoras não sejam tratadas, o risco de câncer do colo do útero chega a 30%. Daí infere-se a importância do tratamento precoce. (WILD; WEIRDERPASS; STEWART, 2020, *apud* INCA, 2021, p. 42)

De acordo com tal estudo,

As alterações nas células cervicais podem progredir para o câncer, mas essa evolução ocorre geralmente de forma lenta, podendo durar de 10 a 20 anos aproximadamente, passando por um longo período como lesões precursoras (neoplasia intraepitelial cervical [NIC] II e III, também chamadas de lesão de alto grau), que são assintomáticas. Essas lesões, quando tratadas adequadamente, são curáveis na quase totalidade dos casos. (INCA, 2021, p. 43)

Além disso,

As alterações celulares no colo do útero podem ser identificadas por meio do exame citopatológico, ainda na fase pré-clínica. Nessa fase, as medidas de prevenção secundária, como a identificação das lesões precursoras por meio do rastreamento, da confirmação diagnóstica e do tratamento, tornam-se efetivas ao inibir a progressão da doença, com medidas mais simples, em nível ambulatorial. (INCA, 2021, p. 43)

A colpocitologia oncológica é o estudo das células esfoliadas cervicovaginais e é de simples realização. Tal estudo, ao ser aplicado em âmbito populacional, mostrou-se efetivo ao reduzir o câncer de colo de útero nos Estados Unidos – de 44 para 8 casos em 100 mil mulheres quando o programa de prevenção já estava bem estabelecido. Esse estudo foi difundido, então, em todo o mundo e modificou a história do câncer cervical, proporcionando queda abrupta nos índices de incidência e mortalidade, especialmente nos países em que foi aplicado de forma organizada. Contudo, apesar de ter proporcionado resultados muito positivos, não foi o suficiente para erradicar o câncer. (FEBRASGO, 2021) O câncer do colo do útero é considerado um problema de Saúde Pública mundial, principalmente nos países em desenvolvimento, devido a sua maior incidência ocorrer em classes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Como exposto, esse tipo de câncer é o terceiro mais comum entre as mulheres brasileiras. Conforme dados apresentados pelo INCA, em 2019, houve 6.596 mortes em decorrência do câncer



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

HPV E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO DO ENTENDIMENTO DE MULHERES EM
FORMAÇÃO MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Paula Fernandes Paiva Moura, Hilderline Câmara de Oliveira

do colo do útero, e estima-se que tenham surgido ao menos 16.710 novos casos no Brasil. (INCA, 2021)

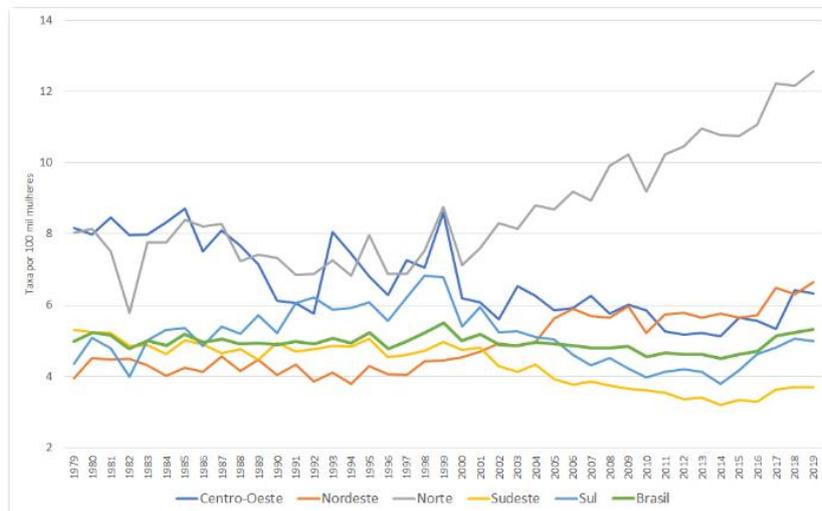


Figura 1 - Taxas de mortalidade por câncer do colo do útero. Brasil e regiões, 1980 a 2019
Fonte: World Health Organization (2019, *apud* INCA, 2020).

Com base no Instituto Nacional de Câncer, consta uma análise desses dados, nela, afirma-se que, “[...] na análise regional, o câncer do colo do útero é o primeiro mais incidente na região Norte (26,24/100 mil) e o segundo nas regiões Nordeste (16,10/100 mil) e Centro-Oeste (12,35/100 mil). Já na região Sul (12,60/100 mil), ocupa a quarta posição e, na região Sudeste (8,61/100 mil), a quinta posição.”

Em sua análise, o instituto afirma, ademais, que:

Quanto à mortalidade, é também na região Norte que se evidenciam as maiores taxas do país, sendo a única com nítida tendência temporal de crescimento (figura 1). Em 2019, a taxa padronizada pela população mundial foi de 12,58 mortes por 100.000 mulheres, representando a primeira causa de óbito por câncer feminino nesta região. Na região Nordeste, com taxa de mortalidade de 6,66/100 mil, foi a segunda causa e Centro-Oeste, a terceira causa, com taxa de 6,32/100 mil. As regiões Sul e Sudeste tiveram as menores taxas (4,99/100 mil e 3,71/100 mil) representando a quinta e sexta posições, respectivamente, entre os óbitos por câncer em mulheres (INCA, 2021, s/p.).

Ainda segundo o INCA, quando comparamos as taxas de mortalidade no Brasil com as de países desenvolvidos como Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália, os quais contam com programas de detecção precoce bem estruturados, verifica-se que em nosso país as taxas são muito altas. Em 2017, por exemplo, ocorreram 6.385 óbitos no Brasil, e a taxa de mortalidade bruta por câncer do colo do útero foi de 6,17/100 mil (INCA, 2021).

Para o controle do câncer, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda ações de prevenção, detecção precoce e acesso ao tratamento (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2017). Entre essas ações, a detecção precoce recebe grande atenção da população e dos meios de



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

HPV E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO DO ENTENDIMENTO DE MULHERES EM
FORMAÇÃO MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Paula Fernandes Paiva Moura, Hilderline Câmara de Oliveira

comunicação em razão da premissa de que quanto mais cedo o câncer for identificado maiores são as chances de cura (INCA, 2021)

A detecção precoce do câncer constitui-se de duas estratégias. A primeira refere-se ao rastreamento, que tem por objetivo encontrar o câncer pré-clínico ou as lesões pré cancerígenas, por meio de exames de rotina em uma população-alvo sem sinais e sintomas sugestivos do câncer rastreado. A segunda corresponde ao diagnóstico precoce, que busca identificar o câncer em estágio inicial em pessoas que apresentam sinais e sintomas suspeitos da doença (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2017)

O câncer do colo do útero possui história natural bem conhecida e tem como causa básica a infecção pelo papilomavírus humano (HPV). Existem mais de 150 tipos diferentes de HPV, que estão relacionados à origem de lesões benignas como verrugas e papilomas laríngeos (HPV não oncogênico ou de baixo risco); a lesões precursoras; e a vários tipos de câncer (HPV oncogênico ou de alto risco), como do colo do útero, e menos frequentemente ânus, vagina e pênis. Os tipos de HPV oncogênicos mais comuns identificados no câncer do colo do útero incluem HPV16 (53%), HPV18 (15%), HPV45 (9%), HPV31 (6%) e HPV33 (3%) (WILD; WEIRDERPASS; STEWART, 2020, *apud* INCA, 2021, p. 42)

O Ministério da Saúde, por meio da publicação das “Diretrizes para o Rastreamento do Câncer do Colo do Útero 2016”, recomenda o início do rastreamento através do exame citopatológico (o Papanicolau), em mulheres assintomáticas que já tiveram relação sexual e que tenham idade de 25 anos. Após dois exames anuais consecutivos normais, o rastreamento pode continuar a ser realizado a cada três anos, até atingir os 64 anos, se tiver pelo menos de dois exames consecutivos negativos nos últimos cinco anos (INCA, DIRETRIZES BRASILEIRAS PARA O RASTREAMENTO DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO, 2016).

Cabe ressaltar que o objetivo do rastreamento do câncer de colo uterino é identificar todas as mulheres com risco de lesões cervicais pré-invasivas, que, se não forem tratadas precocemente, poderão levar ao câncer.

De acordo com Febrasgo (2021a), “O conhecimento da estrutura genica de diferentes tipos de HPVs e a evolução tecnológica propiciaram o desenvolvimento de vacinas com a finalidade de impedir a infecção por tipos oncogênicos desse vírus”. Assim, desde 2007, as vacinas estão sendo incorporadas nos programas nacionais em todo o mundo, promovendo a prevenção de neoplasias cervicais e de consequências do tratamento destas.

As vacinas HPV licenciadas são profiláticas e feitas por engenharia genética a partir de partículas semelhantes ao capsídeo viral (*virus like particles* [VLP]) construídas por proteínas codificadas pela região tardia L1 do HPV. Essas partículas são desprovidas de material genético, portanto não causam doença. O efeito da vacinação baseia-se na produção de anticorpos contra o capsídeo viral após inoculação de VLP. A presença desses anticorpos específicos e neutralizantes no líquido intercelular tem a capacidade de inativar o HPV quando em contato com ele. Assim, há bloqueio da infecção celular epitelial pelo HPV. Por outro lado, uma vez que o HPV adentra a célula (infecção), o mecanismo de proteção da vacina por meio de anticorpos não ocorre. Por isso, a eficácia máxima da vacinação ocorre quando aplicada antes do risco de infecção, ou seja, antes do início sexual. Por outro lado, estudos mostraram também proteção nas mulheres que já iniciaram vida sexual e



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

HPV E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO DO ENTENDIMENTO DE MULHERES EM
FORMAÇÃO MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Paula Fernandes Paiva Moura, Hilderline Câmara de Oliveira

naquelas tratadas por lesões pelo HPV, uma vez que a infecção natural não leva a produção de anticorpos suficientes nem duradouros e a proteção adicional vacinal acaba sendo um ganho importante (FEBRASGO, 2021a).

É oportuno citar que existem duas vacinas com diferentes características aprovadas pelos órgãos regulatórios no Brasil. A vacina quadrivalente recombinante contra HPV tipos 6, 11, 16 e 18 (Gardasil®, MSD) e a vacina contra HPV oncogênico tipos 16 e 18 (Cervarix®, GSK) (FEBRASGO, 2021a).

Segundo a Anvisa, as indicações das vacinas contra HPV no Brasil são: nas unidades básicas de saúde, a vacina HPV4 está disponível para: meninas de 9 a 14 anos e meninos de 11 a 14 anos no esquema de duas doses (0-6 meses); pessoas de 9 a 26 anos nas seguintes condições: com HIV/aids; transplantadas; pacientes oncológicos em tratamento com radioterapia ou quimioterapia podem ser vacinados nas unidades básicas de saúde ou nos centros de referência para imunobiológicos especiais (CRIE); o esquema para essas pessoas é o de três doses (0-1 a 2-6 meses). Nos serviços privados de vacinação, as duas vacinas (HPV2 e HPV4) estão disponíveis (FEBRASGO, 2021b).

Assim, de acordo com Febrasgo (2021a), a prevenção secundária do câncer de colo de útero deve ser realizada de forma organizada e com alta cobertura para resultados efetivos. Por sua vez, a prevenção terciária, ou seja, o tratamento de lesões precursoras, deve seguir diretrizes e ter um fluxo assegurado pelos sistemas de saúde. A redução do câncer somente se efetivará quando as prevenções secundária e terciária alinharem-se à prevenção primária, feitas com alta cobertura das vacinas HPV e associadas a medidas de educação.

Em suma, a investigação imediata dos sinais e sintomas permite a antecipação do diagnóstico, de modo que, com o tratamento do câncer em estágios menos avançados, sem dúvida, há maiores chances de cura e melhor qualidade de vida.

METODOLOGIA

O campo de atuação desta pesquisa é a prevenção do HPV entre as futuras policiais militares femininas do Curso de Formação de Praças. Dessa maneira, para a construção do presente estudo foi realizada uma pesquisa social, uma vez que esse tipo de pesquisa “[...] trabalha com gente e com suas realizações, compreendendo as pessoas ou grupos como atores sociais em relação e em perspectivas.” (MINAYO, 2016, p. 57).

Quanto aos objetivos, este estudo se caracteriza como pesquisa exploratória, a qual, segundo Lakatos e Marconi, (2021, p 205) “são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, que visa aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, [...]”.

Destacamos, ademais, que foi utilizado o levantamento *Survey* interseccional, isso porque a principal característica deste modelo é que a coleta dos dados de uma dada população é realizada em um único intervalo de tempo, mesmo no caso da utilização de questionário, cuja recepção das respostas ocorre durante um intervalo de dias, ou mesmo no caso da entrevista, que também são



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

HPV E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO DO ENTENDIMENTO DE MULHERES EM
FORMAÇÃO MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Paula Fernandes Paiva Moura, Hilderline Câmara de Oliveira

realizadas durante um intervalo de dias, sendo esse intervalo considerado como único. Em suma, esse é o modelo empregado com maior frequência no tipo de pesquisa que desenvolvemos. (BRYMAN, 1989; BABBIE, 1999).

Para colaborar com o estudo, foi utilizado também uma revisão bibliográfica, a qual, para Lakatos e Marconi (2021), se constitui como um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes acerca do tema pesquisado.

Por sua vez, na técnica de coleta de dados, foi utilizado um questionário produzido na plataforma *Google Forms*. Esse questionário foi destinado especificamente às alunas do Curso de Formação de Praças. Vale dizer que o acesso das respondentes da pesquisa ao questionário ocorreu através da disponibilização de *links* dos formulários no *WhatsApp*. Em relação a utilização de questionários em pesquisas, cabe citar que, para Lakatos e Marconi (2021, p. 218): “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma serie ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

O universo da pesquisa compreende a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo. Assim, o universo compreende um grupo de 196 discentes do Curso de Formação de Praças da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, turma de 2021, destas conseguimos atingir o universo total de respondentes.

Quanto aos critérios de inclusão, optamos por alunas soldados do curso de formação de praças da turma de 2021. Logo, como critérios de exclusão temos: alunos soldados, ou que não quiseram colaborar com a pesquisa, ou ainda, que se recusaram a assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Na concepção de Apolinário (2012, p. 129), “a amostra é subconjunto extraído de uma população por meio de alguma técnica de amostragem”. Para este estudo, nossa amostra consiste no grupo de discentes do curso, dessa forma, optamos pela amostra probabilística, aleatória simples, por constituírem um universo maior.

No item III.1 da Resolução de nº 466/2012, que se refere aos Aspectos Éticos da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, aduz-se que: “e) utilizar os métodos adequados para responder às questões estudadas, especificando-os, seja a pesquisa qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa. [...] q) utilizar o material e os dados obtidos na pesquisa exclusivamente para a finalidade prevista no seu protocolo, ou conforme o consentimento do participante [...]” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p. 3).

Ademais, no item II.22, em que são tratados os Termos e Definições, aponta-se que como risco nesse tipo de pesquisa tem-se a “[...] possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrentes” (BRASIL, 2012, p. 3). Dito isto, vale dizer que os riscos envolvidos na participação desta pesquisa decorrem do eventual desconforto que a respondente pode sentir ao preencher o questionário com informações relacionados ao HPV. Dessa forma, foi dada às respondentes a possibilidade de se

RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

HPV E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO DO ENTENDIMENTO DE MULHERES EM
FORMAÇÃO MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Paula Fernandes Paiva Moura, Hilderline Câmara de Oliveira

retirarem da pesquisa a qualquer momento caso houvesse algum tipo de constrangimento ou desconforto, além de ter sido assegurada a todas elas a preservação de suas identidades, bem como a garantia de sigilo de todas as informações prestadas.

A técnica de coleta de dados foi realizada através da aplicação de questionário às alunas do curso de formação. Assim, ao aplicar o formulário, a pesquisadora informou-lhes que estava produzindo um estudo sobre o conhecimento que as alunas tinham a respeito da doença ginecológica HPV e que suas respostas não contariam como avaliação final do curso, mas como parte de um estudo e da elaboração de um plano de ação.

Os benefícios da presente pesquisa serão de natureza científica, tendo em vista que após a conclusão do processo de investigação será possível traçar o nível de conhecimento das alunas do CFP/2021 acerca de doenças ginecológicas e suas consequências; identificar perspectivas na promoção de ações de saúde da mulher; bem como vislumbrar estratégias institucionais para que medidas de prevenção e promoção à saúde sejam implementadas, contribuindo, dessa maneira, para o conhecimento sobre HPV e suas ações como causa de câncer do colo de útero, além disso, auxiliando na sua prevenção e diagnóstico.

Por fim, é mister ressaltar que a pesquisa obteve a liberação do Comando-Geral da Polícia Militar do Rio Grande do Norte/PMRN, através do Processo SEI 01510390.000074/2021-54, bem como autorização da Escola da Assembleia Legislativa do RN, mantenedora do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização desta pesquisa foram arroladas 196 alunas do Curso de Formação de Praças/2021, realizado nos dias 13, 14 e 15 de novembro de 2021. O estudo contou com respostas da totalidade das alunas arroladas, que, após concordarem com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), responderam a um questionário elaborado na plataforma *Google Forms*.

A seguir serão exibidos e analisados os dados obtidos através da aplicação do questionário online. Esses dados serão expostos em números percentuais e organizados em tabelas. Inicialmente, serão exibidas informações que delineiam o perfil das alunas, portanto, serão expostas informações acerca da faixa etária, do estado civil e do nível de escolaridade das respondentes. A tabela 1 a seguir indica a faixa etária das participantes da pesquisa.

Tabela 1: Faixa etária

23 a 26 anos	15,8%
27 a 30 anos	44,4%
31 a 35 anos	39,8%
36 a 40 anos	0
Acima dos 40 anos	0
Total	100%

Fonte: aplicação de questionário/2021



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

HPV E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO DO ENTENDIMENTO DE MULHERES EM
FORMAÇÃO MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Paula Fernandes Paiva Moura, Hilderline Câmara de Oliveira

Os dados coletados mostram que, em relação à faixa etária, a maioria das alunas soldados tem entre 27 e 30 anos (44.4%), seguidos da faixa de 31 a 35 anos (39,8%) e apenas 15,8% delas tem entre 23 e 26 anos. Nenhuma participante tem idade acima de 36 anos, o que é um dado esperado, dado os requisitos básicos solicitados no edital durante a inscrição no concurso para provimento de vagas do quadro de praças da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (RN, EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2018 – SEARH/PMRN - 05 DE JULHO DE 2018).

Considerar a idade das respondentes é um fator importante porque a maioria das infecções por HPV em mulheres com menos de 30 anos regride espontaneamente, ao passo que, acima dessa idade, a persistência é mais frequente. (INCA, 2021) Ademais, o INCA (2020) estima que, para cada ano do triênio 2020/2022, sejam diagnosticados 16.590 novos casos de câncer de colo do útero no Brasil, com um risco estimado de 15,43 casos a cada 100 mil mulheres, ocupando a terceira posição.

Logo, os dados mostram que esse tipo de câncer pode ser diagnosticado em mulheres com idade entre 35 e 44 anos, e que a idade média, no momento do diagnóstico, é 50 anos. Sendo raramente desenvolvido em mulheres com menos de 20 anos.

Tabela 2: Estado civil

Solteira	60,2%
Casada	24,5%
Viúva	0,05%
União Estável	14,8%
Total	100%

Fonte: aplicação de questionário/ 2021

Verifica-se que a maioria das participantes declaram serem solteiras, 60,2%; 24,5% afirmam serem casadas; e 14,8% delas estão em união estável, conforme a Lei Nº 9.278, de 10 de maio de 1996, que altera o Art. 226, d 3º da Constituição Federal/1988 e traz o seguinte conceito de união estável: “é reconhecida como entidade família a união estável entre homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com objetivo de constituição de família.”

Outra informação acerca do perfil das alunas é a de que apenas 28,1% têm filhos e 71,9 não têm. Esse dado, somado ao exposto acima, isto é, ao de que a maioria delas não é casada, mostra que, no cenário contemporâneo, casar e ter filhos não está mais entre as prioridades das mulheres. Estamos em uma geração cujo objetivo principal da mulher é antes constituir uma carreira profissional, inserir-se no mercado de trabalho, visando, com isso, a garantia de independência financeira.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

HPV E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO DO ENTENDIMENTO DE MULHERES EM
FORMAÇÃO MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Paula Fernandes Paiva Moura, Hilderline Câmara de Oliveira

Tabela 3: Nível de escolaridade

Superior	71,9%
Pós-graduação	24,5%
Mestrado	3,6%
Doutorado	0
Total	100%

Fonte: aplicação de questionário/ 2021

Quanto à escolaridade, observa-se um dado já era esperado: todas as participantes afirmam possuir nível superior, que é requisito exigido para o ingresso no Curso de Formação de Praças da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Além disso, verificamos alunas com nível de especialização e mestrado, que juntos somam 28,1%. Esse é um aspecto muito positivo, visto que o maior nível de escolaridade, sem dúvida, possibilita uma elevação na qualidade da prestação do serviço da Polícia Militar à sociedade. Ainda em relação ao nível superior, encontramos, entre as alunas do curso, profissionais de diversas áreas, sendo as mais comuns as de direito, administração e educação física.

Tabela 4: É sexualmente ativa?

Sim	93,9%
Não	6,1%
Total	100%

Fonte: pesquisa de campo 2021

A partir da leitura da tabela 4, observamos que a maioria da população estudada, 93,9%, informou ser sexualmente ativa, contudo, na tabela 5 abaixo, constatamos que somente 42,9% delas usam preservativos. Uma possível justificativa para o não uso do preservativo pode ser em função do estado civil, é possível que as casadas e as que estão em união estável, que somam 39,3%, não utilizem proteção, já que mantêm relacionamento estável com parceiro único. Outra justificativa é a utilização de métodos contraceptivos que previnem a gravidez, embora não previnam ISTs.

Tabela 5: Faz uso de preservativo nas relações sexuais?

Sim	42,9%
Não	57,1%
Total	100%

Fonte: aplicação de questionário/ 2021

Os dados mostram que 42,9% das respondentes fazem uso de preservativo, no entanto, a maioria, 57,1%, alega não fazer uso. O que nos leva a pensar na necessidade de se promover debates para as mulheres dos cursos de formação, mostrando para elas a importância da proteção,



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

HPV E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO DO ENTENDIMENTO DE MULHERES EM
FORMAÇÃO MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Paula Fernandes Paiva Moura, Hilderline Câmara de Oliveira

que não serve apenas para evitar a gravidez indesejada, mas também para prevenir doenças infecciosas como o HPV. Sendo um dos métodos mais seguros de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, o uso da camisinha é um assunto que pode e deve ser inserido na relação afetivo-sexual, tendo em vista que a decisão de não usar preservativo pode trazer consequências negativas e indesejáveis para a vida não só da mulher, mas também da pessoa com quem ela se relaciona.

Portanto, é válido ressaltar que devido à alta incidência de ISTs, principalmente do HPV, que muitas vezes consiste em infecções subclínicas ou latentes, o uso de preservativo em todas as relações sexuais, mesmo que se tenha parceiro único, vem se mostrando a forma mais viável de prevenção. Nessa perspectiva, perguntamos às participantes da pesquisa se já tinham ouvido falar algo acerca do HPV e de que modo a informação sobre tal doença chegou até elas. As respostas de ambas as perguntas serão exibidas nas tabelas 6 e 7 a seguir.

Tabela 6: Ouviu falar do HPV

Sim	96,4%
Não	3,6%
Total	100%

Tabela 7: Por qual meio ouviu acerca da HPV

Amigos	1,5%
Escola	24,5%
Família	3,6%
Meios Sociais	43,9%
Médico	26,5%
Total	100%

Fonte: aplicação de questionário/ 2021

Dos dados apresentados, destaca-se que a maioria, 96,4%, já ouviu falar de HPV e que entre as formas e meios de comunicação pelos quais essa informação chegou se destacam as mídias sociais, 43,9%, enquanto 26,5% alegam ter conhecido através de médicos e 24,5% por meio da escola.

É fato que as mídias sociais fazem cada vez mais parte do nosso cotidiano e influenciam nosso comportamento. O uso dessas mídias foi amplamente difundido na sociedade, o que, sem dúvida, transformou o modo de relação entre as pessoas e, conseqüentemente, entre médicos e pacientes. Por isso, ao realizarem publicidade na área médica, os profissionais devem estar atentos às normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina, que regulam o que pode ser divulgado e, principalmente, o que não deve ser feito.

RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

HPV E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO DO ENTENDIMENTO DE MULHERES EM
FORMAÇÃO MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Paula Fernandes Paiva Moura, Hilderline Câmara de Oliveira

Tabela 8: Considera que o HPV seja perigoso e que seja causador de doença

Sim	99,5%
Não	0,5%
Total	100%

Fonte: aplicação de questionário/ 2021

Tabela 9: Como acha que o HPV é transmitido

Sexual	99,5%
Transfusão de sangue	18%
Transmissão vertical	26,8%
Objetos íntimos	24,2%
Por meio da pele	7,7%

Fonte: aplicação de questionário/ 2021

Conforme as tabelas 8 e 9, constata-se que a maioria das participantes, 99,5%, entendem que o HPV é perigoso e que pode causar doenças. Quanto à forma de transmissão, verificamos que a maioria delas demonstra saber que esta ocorre através da relação sexual, entretanto, a tabela 5 nos mostrou que a maioria da população estudada não utiliza o preservativo em suas relações sexuais. Portanto, percebe-se que, mesmo sabendo do risco de transmissão através da relação sexual desprotegida, boa parte não se previne.

Tabela 10: Considera que o HPV provoca aparecimento de sintomas

Sim	76%
Não	24%
Total	100%

Fonte: aplicação de questionário/ 2021

Nesta pesquisa, também nos interessamos por saber se as alunas tinham conhecimentos mais específicos a respeito do HPV, de modo que com tais perguntas poderíamos avaliar o nível de ciência delas a respeito de tal doença. Assim, quanto perguntadas se o HPV manifesta sintomas, 76% das participantes afirmaram que o HPV causa algum sintoma como o aparecimento de verrugas na região genital e prurido local, os mais citados. Ademais, 95,9% (Tabela 12) considera que o HPV pode causar câncer de colo de útero.

Esses dados corroboram com a literatura médica, que aponta que o câncer do colo do útero tem como causa básica a infecção pelo papilomavírus humano (HPV). Aqui, é válido lembrarmos do que já foi dito anteriormente: existem mais de 150 tipos diferentes de HPV's, os quais estão relacionados à origem de lesões benignas como verrugas e papilomas laríngeos; bem como a lesões



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

HPV E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO DO ENTENDIMENTO DE MULHERES EM
FORMAÇÃO MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Paula Fernandes Paiva Moura, Hilderline Câmara de Oliveira

precursoras; e a vários tipos de câncer como o do colo do útero, e, com menor frequência, ao de ânus, vagina e pênis. (INCA, 2021)

Tabela 11: Formas de prevenção do HPV

Uso de preservativos	94,4%
Vacinação	67,3%
Realização de Papanicolau	64,3%
Nenhum	0%

Fonte: aplicação de questionário/ 2021

Quanto às formas de prevenção, as participantes puderam responder mais de um item. Foi observado que a maioria, 94,4%, entende que o uso de preservativo, vacinação contra o HPV e realização do exame Papanicolau são formas de prevenção. Portanto, dado que possuem conhecimento acerca da prevenção do HPV, cabe a elas realizar os cuidados necessários para que essas formas sejam de fato postas em prática.

Tabela 12: Considera que o HPV pode causar câncer de colo de útero

Sim	95,9%
Não	4,1%
Total	100%

Fonte: aplicação de questionário/ 2021

Os dados da tabela 12 mostram que 95,9% têm ciência de que o HPV pode gerar câncer de colo de útero, o que é um bom sinal, pois, de posse desta noção, essas mulheres podem melhor se prevenir, fazendo os exames de prevenção recomendados pelos profissionais da saúde.

Tabela 13: Já fez preventivo do colo do útero

Sim	90,8%
Não	9,2%
Total	100%

Tabela 14: Com qual frequência faz preventivo

Semestral	8,8%
Anual	75,3%
Outro	15,9%
Total	100%

Fonte: aplicação de questionário / 2021

Observa-se que as tabelas 13 e 14, nota-se que 90,8% das participantes da pesquisa já fizeram preventivo e que 75,3% o faz anualmente. O principal método para a detecção precoce do câncer do colo do útero é o rastreamento, pois este possibilita a identificação de lesões precursoras que podem ser detectadas e tratadas adequadamente, impedindo sua progressão para o câncer.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

HPV E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO DO ENTENDIMENTO DE MULHERES EM
FORMAÇÃO MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Paula Fernandes Paiva Moura, Hilderline Câmara de Oliveira

Segundo o Instituto Nacional de Câncer, o método atual de rastreamento do câncer do colo do útero no Brasil é o exame citopatológico, o qual deve ser oferecido às mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos, que já tiveram atividade sexual; e a priorização dessa faixa etária como a população-alvo do rastreamento justifica-se por ser a de maior ocorrência das lesões de alto grau (INCA, 2021). A periodicidade recomendada para o rastreamento no Brasil é de três anos, após dois exames normais consecutivos realizados com um intervalo de um ano.

Tabela 15: Você já teve algum diagnóstico de HPV?

Sim	91,8%
Não	8,2%
Total	100%

Fonte: aplicação de questionário/ 2021

Ainda conforme o INCA, estima-se que cerca de 80% das mulheres sexualmente ativas adquirirão a infecção por HPV ao longo de suas vidas. O presente estudo corrobora tal dado, visto que foi verificado que 93,9% das participantes são sexualmente ativas e que 91,8% delas já tiveram o diagnóstico de HPV em exames de rastreio em algum momento de sua vida.

Tabela 16: Ouviu sobre a vacinação do HPV

Sim	83,7%
Não	16,3%
Total	100%

Tabela 17: Se sim, qual o maior objetivo da vacinação

Prevenção de câncer de colo de útero	93,1%
Prevenção de verruga vaginal	19,1%%
Prevenção de outras IST's	15,6%

Fonte: aplicação de questionário/ 2021

A vacinação é conhecida entre as participantes da pesquisa, boa parte delas, 83,7%, afirma ter ciência da existência da vacina. Além disso, 93,1% demonstram saber o objetivo da vacina, que é a prevenção do câncer de colo de útero. A vacinação contra o HPV é uma das grandes aliadas do controle dessa doença, pois atua diretamente na prevenção primária, ou seja, evita a infecção pelo vírus.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

HPV E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO DO ENTENDIMENTO DE MULHERES EM
FORMAÇÃO MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Paula Fernandes Paiva Moura, Hilderline Câmara de Oliveira

Conforme dados do INCA (2022)¹, existem duas vacinas profiláticas contra o HPV aprovadas e registradas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e que estão comercialmente disponíveis: a vacina quadrivalente, da empresa Merck Sharp & Dohme (nome comercial Gardasil), que confere proteção contra HPV 6, 11, 16 e 18; e a vacina bivalente, da empresa GlaxoSmithKline (nome comercial Cervarix), que confere proteção contra HPV 16 e 18.

As mulheres vacinadas, contudo, precisam ficar alertas, pois quando chegarem na faixa etária recomendada para o rastreamento, devem realizar o exame citopatológico, visto que a vacina protege contra os principais tipos de vírus oncogênicos, mas não contra todos.

Nesse contexto, o Ministério da Saúde, em 2014, iniciou a implementação no Sistema Único de Saúde da vacinação gratuita contra o HPV em meninas de 9 a 13 anos de idade, com a vacina quadrivalente. Em 2017, foi obtido novo avanço: a vacinação foi ampliada para as meninas/adolescentes de 9 a 14 anos e introduzida para a população masculina de 11 a 14 anos e de nove a 26 anos de idade vivendo com HIV/Aids, também para indivíduos submetidos a transplantes de órgãos sólidos/medula óssea e pacientes oncológicos. Em 2021, mulheres imunossuprimidas de 26 a 45 anos também foram incluídas (INCA, 2022).

Voltando aos dados obtidos na aplicação do questionário, destaca-se que, quando indagadas sobre a necessidade de receber informações específicas de prevenção contra o HPV, 99,5% das respondentes alegaram que sim. E, no que se refere à possibilidade de participação em ações preventivas de doenças causadas pelo HPV desenvolvidas pela Polícia Militar, 87,4% delas disseram que sim, que estavam abertas à participação. O que, para nossa pesquisa, se apresenta como constatação de grande relevância, dado que um de nossos objetivos é viabilizar ações de prevenção contra o HPV e do câncer de colo de útero.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, em 2017, a prevalência mundial do HPV era de 11,7% entre as mulheres. Nesse cenário, a América Latina e o Caribe tinham prevalência de 16,1%, sendo esta a segunda maior prevalência para mulheres depois da África Subsaariana (24%). Já em relação à prevalência entre os homens, verifica-se que esta é alta em todas as regiões do mundo (21%) e atinge um pico em idade ligeiramente mais alta que a das mulheres (OPAS, 2022).

Diante desses dados, percebemos que o HPV e as doenças causadas por ele são um assunto conhecido, vimos também que a maioria das respondentes consideraram necessária a participação em ações preventivas de doenças causadas pelo HPV. Logo, os achados da pesquisa evidenciam a necessidade de propor estratégias voltadas para o debate acerca do HPV, incluindo suas diversas formas de transmissão, desenvolvimento e prevenção; sendo essencial que esse debate seja acessível e que facilite o entendimento das novas praças femininas da Polícia Militar do estado do Rio Grande do Norte.

1 Disponível em <https://www.inca.gov.br/perguntas-frequentes/existe-vacina-contr-o-hpv>. Acesos 04 fev.2022



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

HPV E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO DO ENTENDIMENTO DE MULHERES EM
FORMAÇÃO MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Paula Fernandes Paiva Moura, Hilderline Câmara de Oliveira

À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como foco central identificar o nível de conhecimento das mulheres em formação militar sobre doenças ginecológicas causadas pelo HPV. A partir desta pesquisa percebe-se que a maioria das participantes tem vida sexualmente ativa e que 91,8% já tiveram o diagnóstico de HPV em exames de rastreio em algum momento de sua vida. Além disso, observamos que 90,8% já fizeram exame preventivo e que 75,3% delas fazem prevenção anualmente.

Ademais, foi constatado que 95,9% das participantes afirmam ser importante a implementação de ações voltadas à prevenção do HPV durante o Curso de Formação de Praças, a fim de que mais mulheres tenham acesso às informações e descobertas dos estudos acerca da saúde feminina.

Diante do exposto, conclui-se que é essencial a elaboração de um plano de intervenção para estabelecer um conjunto de ações voltadas à saúde da mulher do Curso de Formação de Praças da Polícia Militar do RN. Sendo os principais objetivos dessas ações: a atualização do conhecimento acerca do HPV e suas ações como causa de câncer do colo de útero; assim como sua prevenção, diagnóstico e tratamento precoce. É importante destacar que essas ações levam em consideração que boa parte das alunas do curso está na faixa etária em que há maior probabilidade de contaminação pelo HPV, de modo que se faz necessário o diagnóstico precoce a fim de evitar a possível evolução do HPV para o câncer.

No que diz respeito ao plano de intervenção sobre a saúde da policial feminina, observamos que este deve começar com palestras sobre o assunto, de preferência, ministradas por profissional da área de saúde, o qual deve mostrar a importância da prevenção através da vacinação e do uso de preservativo nas relações sexuais, bem como do rastreamento de lesões precursoras do câncer de colo causada por HPV.

O rastreamento através de exames citopatológicos pode ser implantado no ambulatório de Ginecologia do Centro Clínico Coronel Carlos Passos da PMRN, com a recomendação para o rastreamento do câncer do colo útero em mulheres assintomáticas com idade de 25 anos ou mais e que já tiveram relação sexual. Após dois exames anuais consecutivos normais, o rastreamento pode continuar a ser realizado a cada três anos, até a mulher atingir os 64 anos de idade, se tiver pelo menos dois exames consecutivos negativos nos últimos cinco anos, seguindo, portanto, a orientação do INCA (2016).

Em suma, ressalta-se que a prevenção deve ser sempre a primeira opção em qualquer situação, pois com ações de prevenção todos ganham, especialmente a saúde pública.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA

ISSN 2763-8405

HPV E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO DO ENTENDIMENTO DE MULHERES EM
FORMAÇÃO MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Paula Fernandes Paiva Moura, Hilderline Câmara de Oliveira

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Tradução: Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, 519 p.

BEZERRA, Saiwori J. S. *et al.* Perfil de mulheres portadoras de lesões cervicais por HPV quanto aos fatores de risco para câncer de colo de uterino. **DST - Jornal brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis**, v. 17, n. 2, p. 143-148, 2005.

BOLETIM GERAL PMRN. Nº 019, de 29 janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.arquivos.pm.rn.gov.br/index.php/apps/files/?dir=/BOLETIM%20GERAL/Boletim%20Geral%202021/01%20-%20JANEIRO&fileid=3026631#pdfviewer>. Acesso em: 05 jun. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Proposta institui Estatuto da Pessoa com Câncer, com direitos e deveres**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/758284-proposta-institui-estatuto-da-pessoa-com-cancer-com-direitos-e-deveres>. Acesso em 07 jun. /2021

BRASIL. **LEI Nº 9.278, DE 10 DE MAIO DE 1996**. Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19278.htm

BRINGHENTI, Márcia Elena Z. *et al.* Prevenção do Câncer Cervical: Associação da Citologia Oncótica a Novas Técnicas de Biologia Molecular na Detecção do Papilomavírus Humano (HPV). **DST - Jornal brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis**, v. 23, n. 3, p.135-140, 2010.

BRYMAN, Alan. **Research Methods and Organization Studies**. Great Britain: Routledge, 1989.

FEBRASGO. **Colpocitologia oncológica no rastreamento do câncer de colo uterino**. Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO). São Paulo: Febrasco, 2021a. (Série Protocolos FEBRASGO - Ginecologia, n. 34)

FEBRASGO. **Programa Vacinal para Mulheres**. Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO). 2. ed. São Paulo: Febrasco, 2021b. (Série Orientações Recomendações FEBRASGO, nº1 /Comissão Nacional Especializada de Vacinas).

INCA. **Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero** / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coord de Prevenção e Vigilância. Divisão de Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede. 2. ed. Rio de Janeiro: INCA, 2021. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/publicacoes/livros/diretrizes-brasileiras-para-o-rastreamento-do-cancer-do-colo-do-utero> Acesso em 21 nov. 2021

INCA. Ministério da Saúde. **Detecção precoce do câncer**. Rio de Janeiro: INCA, 2021. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/publicacoes/livros/deteccao-precoce-do-cancer>. Acesso em: 05 out. 2021

INCA. Ministério da Saúde. **Diretrizes para o Rastreamento do Câncer do Colo do Útero**. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: <http://www.inca.gov.br//estimativa-2020-incidencia-de-cancer-no-brasil> Acesso em: 05 out. 2021

INCA. Ministério da Saúde. **Estimativa 2020: incidência do câncer no Brasil, 2019**. Rio de Janeiro: INCA, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MINAYO, Maria C. de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405

HPV E CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO DO ENTENDIMENTO DE MULHERES EM
FORMAÇÃO MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE
Ana Paula Fernandes Paiva Moura, Hilderline Câmara de Oliveira

MINEIRO, Marcia. Pesquisa de survey e amostragem: aportes teóricos elementares. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, v. 1, n. 2, p. 284-306, out./dez. 2020. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed> Acesso em: 05 jun. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **HPV: o que é, causas, sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção**. Brasília: Ministério da saúde, 2014. Disponível em: <http://antigo.saude.gov.br/saude-de-a-z/hpv>. Acesso em: 27 out. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012**. Brasília: Ministério da saúde, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 05 fev.2022

NAKAGAWA, Janete Tamani Tomiyoshi; SCHIRMER, Janine Schirmer; BARBIERI, Márcia. Vírus HPV e câncer de colo de útero. **Revisão - Rev. Bras. Enferm**, v. 63, n. 2, p. 307-311, 2010.

OPAS. Organização Pan-americana de Saúde. **Vacina contra o Vírus do Papiloma Humano (HPV)**. Brasília: OPAS, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/tag/vacina-contravirus-do-papiloma-humano-hpv>

SILVA, Luana Rodrigues et al. Educação em saúde como estratégia de prevenção do câncer do colo do útero: revisão integrativa. **Revista preventiva de infecção e saúde (REPIS)**, v. 3, p. 35-45, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Guide To Cancer Early Diagnosis**. Genebra: WHO, 2017. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/254500/9789241511940-eng.pdf?sequence=1> Acesso em: 05 fev. 2022